

Itamar volta a negar “pacote”

O presidente Itamar Franco voltou a negar ontem que já estejam definidas medidas econômicas que fariam parte de um plano de estabilização. “Nenhuma medida de caráter extraordinário podia ser tomada sem o expresso e prévio conhecimento do Presidente da República”, transmitiu aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, através do secretário-adjunto de Imprensa, Fernando Costa.

Com a declaração, Itamar procurou desmentir a notícia divulgada ontem pelo jornal O Estado de São Paulo sobre a definição das primeiras medidas do plano de estabilização elaborado pelo ministro da Fazenda, Paulo Haddad. “Só isso (o desconhecimento do Presidente sobre a adoção da medida) invalida a matéria do Estado. Portanto, não existe o Plano Haddad”, completou o Presidente, segundo relato de seu assessor.

Na quinta-feira da semana passada, através de seu porta-voz, Francisco Baker, Itamar se manifestou “desagradavelmente surpreendido” pela divulgação antecipada do corte de três zeros e rejeitou a idéia do cruzeiro novo como nome da nova moeda. A reação do Presidente levou o ministro Paulo Haddad a telefonar de Guarapari (ES), onde se encontrava, para pedir desculpas, fato amplamente divulgado pela Secretaria de Impren-

sa da Presidência da República.

O Presidente chegou ontem ao Palácio do Planalto às 9h30 visivelmente irritado. Ao contrário do que ocorre todos os dias, desceu do carro e cumprimentou rapidamente os jornalistas, entrando em seguida pela porta do Palácio, sem que os repórteres tivessem tempo para fazer qualquer pergunta.

Durante a tarde, Itamar chamou o secretário-adjunto de Imprensa a seu gabinete e determinou: “Vamos desmentir porque não existe nada disso, não é verdade”, afirmou, com o jornal O Estado de São Paulo a sua frente. Minutos depois, convocou novamente o assessor para conferir se havia transmitido o desmentido aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto. Na véspera, o ministro da Fazenda teve um despacho com Itamar que a Secretaria de Imprensa do Planalto considerou “normal”.

De acordo com a matéria publicada ontem no Estado de São Paulo, pelo menos três medidas do programa de estabilização econômica elaborado pelo Ministério da Fazenda já estariam definidas pelo governo: o corte de US\$ 2,5 bilhões no Orçamento da União para este ano, o uso de US\$ 4 bilhões para o resgate de títulos da dívida pública que vencem em 93, e o lançamento de um título lastreado pelas reservas internacionais do País.